



CPI de Brumadinho

Senador Carlos Viana

Instalação

120 dias de investigações e audiências

02 de julho

02 de março

Relatório Final

14 reuniões

62 requerimentos aprovados

25 depoimentos colhidos

15.000 páginas de inquéritos analisadas

Audiências

13 funcionários da Vale

3 funcionários da TUV SUD

1 funcionária da Tractebel

Secretaria de Meio Ambiente de MG

Presidente da ANM

Força-tarefa do Ministério Público

Tribunal de Contas da União

Ministério das Minas e Energia

Fundação Gorceix

Instituto Brasileiro da Mineração – IBRAM

NÃO FOI ACIDENTE

Conclusões da investigação

1. A barragem B1 foi construída e expandida com deficiências de projeto, de execução e de documentação, especialmente em relação ao seu sistema de drenagem;
2. No intervalo de um ano antes da tragédia foram detectados diversos sinais de que havia riscos sérios na barragem B1, que não foram devidamente tratados;
3. Os laudos de segurança emitidos contrariaram recomendações internas da Vale e padrões internacionalmente aceitos. A produção, análise e revisão dos laudos sofreram interferências indevidas entre auditor e auditado;
4. A gerência e a alta gestão da Vale estavam cientes dos riscos da barragem B1 e das medidas que seriam necessárias para aumentar a sua segurança.

Indiciamentos

- VALE e TUV SUD por crimes ambientais
- 14 pessoas físicas por homicídio doloso (dolo eventual)

Funcionários da Vale S.A.

- 1) Fábio Schvartsman
- 2) Gerd Peter Poppinga
- 3) Luciano Siani Pires
- 4) Lúcio Flavo Gallon Cavalli
- 5) Silmar Magalhães Silva
- 6) Alexandre de Paula Campanha
- 7) Rodrigo Artur Gomes de Melo
- 8) Joaquim Pedro de Toledo
- 9) Renzo Albieri Guimarães Carvalho
- 10) Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo
- 11) César Augusto Paulino Grandchamp
- 12) Cristina Heloiza da Silva Malheiros

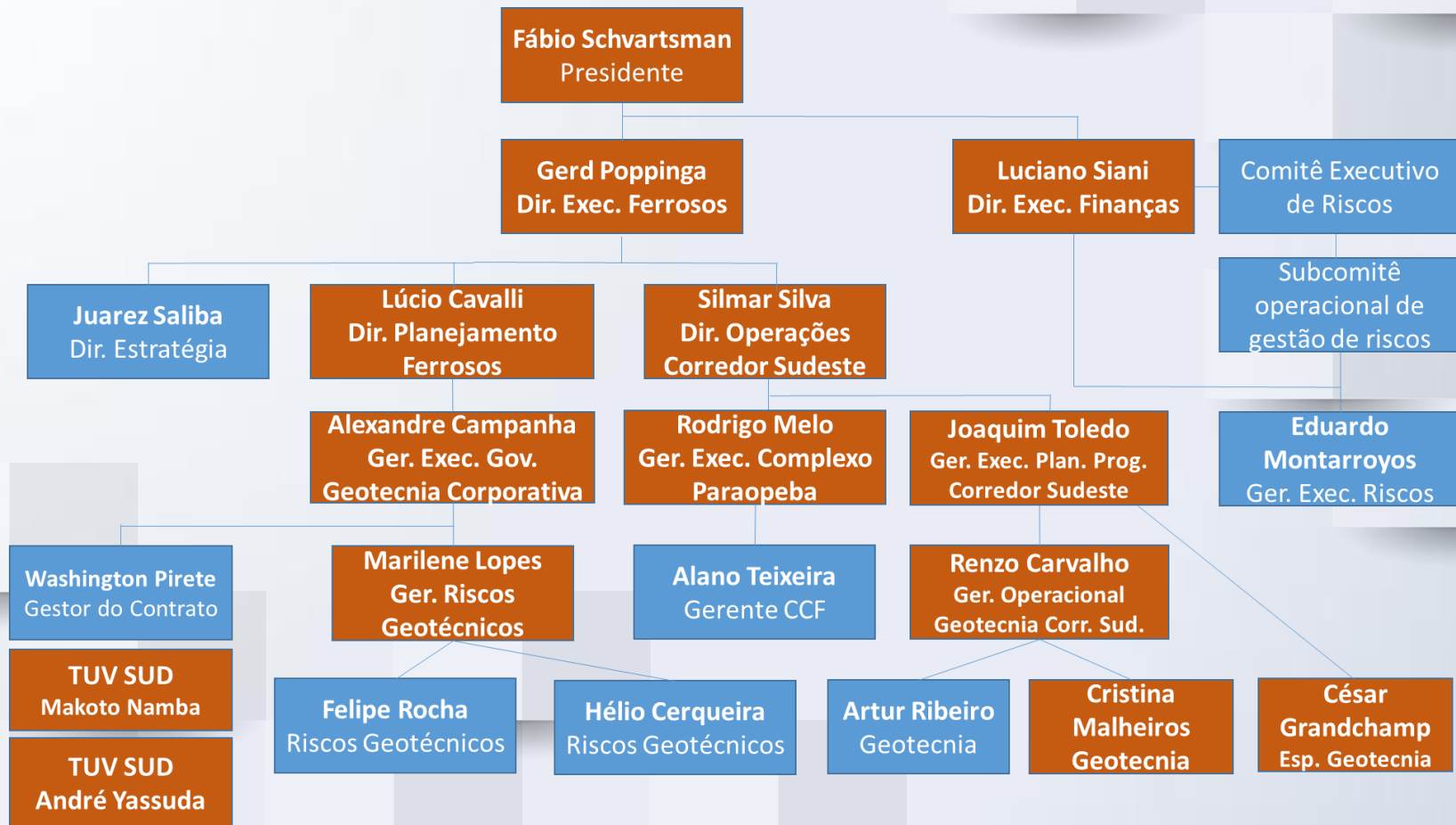
Funcionários da TUV SUD

- 13) Makoto Namba;
- 14) André Jum Yassuda.

Pessoas Jurídicas

- 15) VALE S.A.;
- 16) TUV SUD Bureau de Projetos e TUV SUD Laboratório de Análise de Produtos.

Indiciamentos



PL de segurança de barragens

- Proíbe a construção de novas barragens de rejeitos;
- Descomissionamento das barragens existentes no prazo máximo de cinco anos (inativas) ou 10 anos (ativas);
- Proíbe construções na Zona de Autossalvamento e determina a desativação daquelas existentes;
- Direito a indenização quando o proprietário ficar 30 dias ou mais afastado por risco de rompimento de barragem;
- A empresa de auditoria é escolhida pela ANM por sorteio;
- Diretoria e conselho de administração da mineradora respondem pelo rompimento de barragens como pessoas físicas.

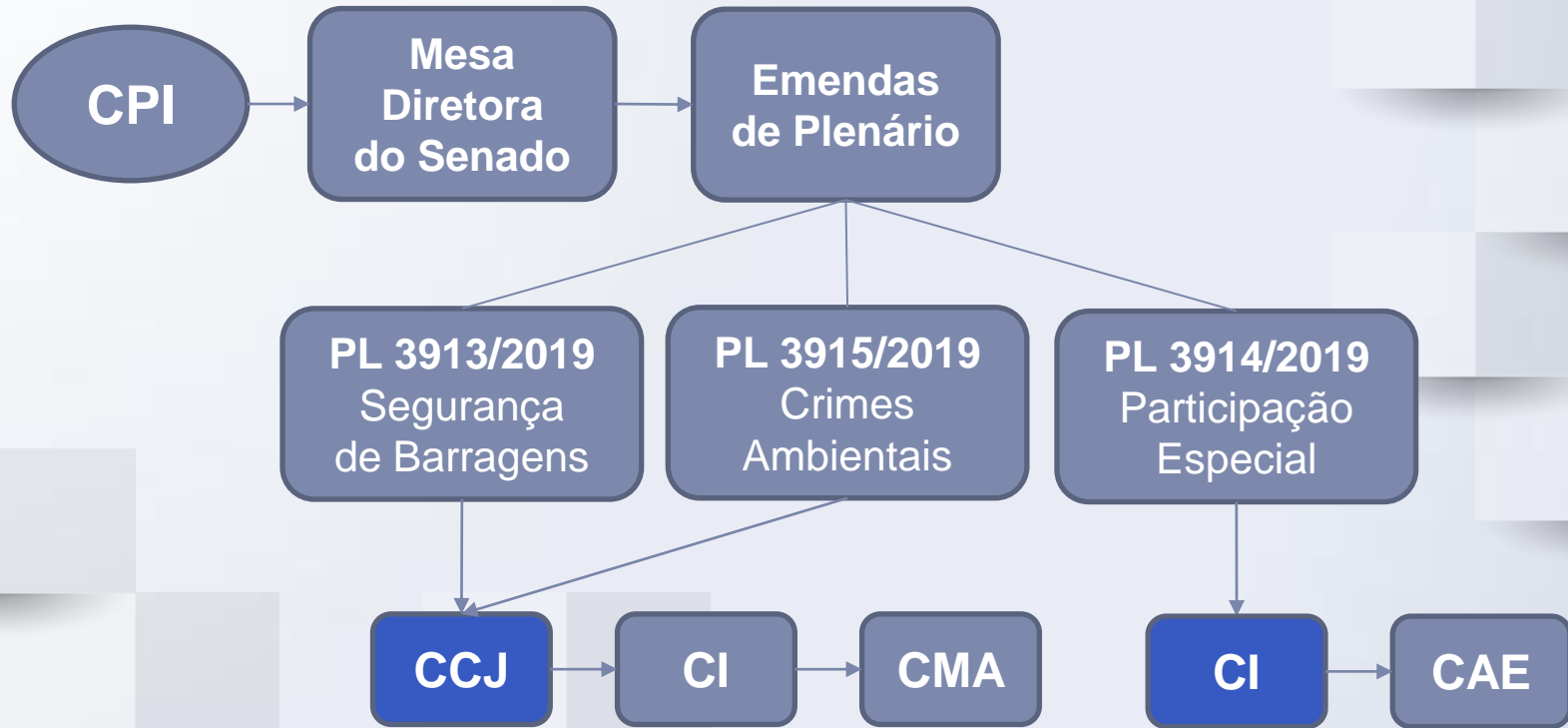
PL de crimes de rompimento de barragens

- Tipifica o crime de “dar causa a rompimento de barragem”, com pena de até cinco anos de prisão e multa;
- Tipifica o crime de “dar causa a desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública”;
- As penas são dobradas se o crime resultar em morte;
- Agravantes por impacto econômico, social ou ambiental;
- Aumenta a multa máxima por cada crime ambiental para R\$1 bilhão.

PL de tributação da mineração

- Cria uma “participação especial” adicional à CFEM com alíquota máxima de 40% do “lucro líquido”, como já ocorre no modelo de royalties do setor petrolífero.
- A participação especial, a ser aplicada nos casos de minas com grande volume ou rentabilidade superior, é estabelecida por decreto do executivo.

Tramitação dos projetos de lei



O futuro é a mineração a seco

Vale vai investir US\$2,5 bi para ampliar tecnologia que dispensa barragens

Método conhecido como de processamento a seco deve alcançar 70% da produção da mineradora até 2023

CSN promete tratar 100% dos rejeitos a seco em 2019



Redação, com Reuters

6 de fevereiro de 2019 Negócios, Últimas

O presidente da companhia, Camilo Lelis Farace, disse que nos complexos da Mina de Cuiabá, a maior da AngloGold Ashanti no Brasil, localizada em Sabará (MG), e em Santa Bárbara, também em Minas Gerais, até 2021 todo o processamento do minério será feito a seco.

New Steel investe US\$700 mi em beneficiamento de minério a seco

Empresa, que surgiu em 2007, obteve patentes em 20 países, incluindo o Brasil, com o seu método de beneficiamento

A sociedade não aceita mais o risco de outro rompimento de barragem

Caetité: 15 mil assinaturas já foram recolhidas contra barragem de rejeitos

Por Da Redação - 27 de julho de 2019 às 12:02

👁 131

Manifestação contra barragem de rejeitos leva multidão às ruas de Guanambi

🕒 6 de junho de 2019

MORADORES FAZEM PROTESTO CONTRA CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM EM PEDREIRA

Obrigado!

sen.carlosviana@senado.leg.br